

CONTRATO Nº 003/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 007/2026
Processo Administrativo nº 009/2026

Pelo presente instrumento, de um lado a **Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande – Ameg**, inscrita no CNPJ sob o nº 35.617.360/0001-11, com sede na Rua Benedita da Silveira Maia, nº144, Bairro Jardim Pineiros, CEP 37.903-660, neste ato representado pela Secretária Executiva, a Senhora **OLGA APARECIDA BORGES BASTOS**, inscrita no CPF nº 116.939.228-86, nomeado(a) pela PORTARIA Nº 441, DE 02 DE MAIO DE 2024, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **MÓVEIS E SERVIÇOS LTDA-ME**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 25.275.318/0001-06, sediado(a) na Rua Cento e Vinte e Nove, 216, 01, Bairro Santa Maria, no município de Timóteo/MG, doravante designado **DETENTORA**, neste ato representado(a) por **EDUARDO ALVES DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob o nº 387.561.886-68 tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 009/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 em seu art. 75, inciso IV, alínea “a” e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo de Contrato**, decorrente da **Dispensa Eletrônica n. 007/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto a aquisição de equipamentos de informática, conforme definido no Plano de Trabalho do Projeto/Programa AMM+ Micros 2025, com a finalidade de atender às necessidades da AMEG, promovendo a modernização, melhoria da infraestrutura tecnológica e suporte às ações previstas no referido projeto, na modalidade DISPENSA ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.
02	<p>CARREGADOR E 1 UNIDADES DE PILHAS RECARREGÁVEIS AA: COMPATÍVEL COM PILHAS RECARREGÁVEIS TAMANHO AA (NÍQUEL-HIDRETO METÁLICO – NIMH);</p> <p>CAPACIDADE PARA CARREGAR NO MÍNIMO 4 PILHAS AA SIMULTANEAMENTE; SISTEMA DE CARREGAMENTO COM CANAIS INDEPENDENTES, PERMITINDO CARREGAR 1 A 4 PILHAS INDIVIDUALMENTE; SINALIZAÇÃO DE STATUS DE CARGA INDIVIDUAL POR LED OU DISPLAY LCD. PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA, SUPERAQUECIMENTO E CURTO-CIRCUITO;</p> <p>DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO AO TÉRMINO DA CARGA. COMPATÍVEL COM TENSÃO BIVOLT AUTOMÁTICA (100-240V, 50/60HZ). INCLUSO CABO DE ALIMENTAÇÃO OU PLUGUE INTEGRADO.</p> <p>GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS – PILHAS</p>	unidade	01	R\$99,99

	<p>RECARREGÁVEIS AA; TAMANHO: AA; TECNOLOGIA: NÍQUEL-HIDRETO METÁLICO (NIMH). CAPACIDADE MÍNIMA: 2.500 MAH.</p> <p>VOLTAGEM NOMINAL: 1.2V.</p> <p>RECARGA MÍNIMA GARANTIDA: 500 CICLOS DE CARGA/DESCARGA. BAIXA TAXA DE AUTODESCARGA, MANTENDO NO MÍNIMO 80% DA CARGA APÓS 12 MESES FORA DE USO.</p> <p>COMPATÍVEL COM CARREGADORES INTELIGENTES COM CONTROLE INDIVIDUAL DE CARGA. INDICADAS PARA EQUIPAMENTOS DE MÉDIO E ALTO CONSUMO, COMO MICROFONES SEM FIO.</p> <p>GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.</p>			
03	<p>PASSADOR DE SLIDES COM LASER POINTER: COMPATÍVEL COM SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS, MACOS E LINUX; CONEXÃO VIA RECEPTOR USB PLUG AND PLAY (NÃO REQUER INSTALAÇÃO DE DRIVERS);</p> <p>ALCANCE MÍNIMO DE 15 METROS ENTRE O CONTROLE E O RECEPTOR.</p> <p>FUNÇÕES MÍNIMAS: AVANÇAR E RETROCEDER SLIDES, PONTEIRA LASER VERMELHA INTEGRADA.</p> <p>ERGONOMIA E DESIGN PORTÁTIL, COM BOTÕES ACESSÍVEIS.</p> <p>COMPARTIMENTO INTERNO PARA ARMAZENAMENTO DO RECEPTOR USB. ALIMENTAÇÃO POR PILHAS (AA OU AAA) OU BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL. LED INDICADOR DE FUNCIONAMENTO E/OU CARGA. COMPATÍVEL COM SOFTWARES DE APRESENTAÇÃO COMO POWERPOINT, GOOGLE SLIDES E SIMILARES. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.</p>	unidade	01	R\$ 70,71
VALOR TOTAL				R\$170,70

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1 O Termo de Referência;
- 1.3.2 O Edital da Licitação;
- 1.3.3 A Proposta do contratado;
- 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquela definida no Plano de Trabalho sendo ela até 09/04/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA DO OBJETO

3.1. Os equipamentos deverão ser entregues de acordo com a Autorização de Fornecimento emitido pela Ameg, **10 (dez) dias úteis após a emissão da mesma**, conforme as condições de data, horário, local e quantidade estipulada neste Termo de Referência.

3.2. O objeto deste contrato será recebido por servidores da Ameg no local estipulado na Autorização de Fornecimento.

3.3. Somente após a emissão da Autorização de Fornecimento é que a contratada

deverá iniciar o cumprimento das obrigações que tiver assumido com a Ameg;

3.4. O objeto deste contrato não será recebido se estiver em desacordo com as condições estipuladas neste instrumento, no Plano de Trabalho, ou na Autorização de Fornecimento.

3.5. Os equipamentos deverão ser entregues com estrita observância das determinações contidas neste Termo de Referência

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. O contrato, bem como os direitos e obrigações dela decorrentes, não poderá ser subcontratada, cedida ou transferida, total ou parcialmente, nem ser executada em associação da CONTRATADA com terceiros, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$170,70 (cento e setenta reais e setenta centavos).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em parcela única, mediante apresentação da Nota Fiscal e após o recebimento definitivo do equipamentos, conforme critérios de aceitação estabelecidos pela AMEG, sendo eles:

- Entrega do equipamento devidamente testado e em perfeito funcionamento;
- Apresentação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em nome da Ameg, contendo a descrição detalhada do item entregue, valores unitários e totais;
- Apresentação do termo de recebimento definitivo, emitido pela equipe responsável pela fiscalização do contrato, atestando o recebimento e conformidade dos itens;

6.2. O prazo para pagamento será de até 10 (dez) dias úteis após a entrega da documentação exigida e atesto definitivo, mediante transferência bancária para conta indicada pela contratada.

6.3. Não será realizado nenhum pagamento antecipado.

6.4. Nenhum pagamento de acréscimo no preço do objeto será autorizado sem o devido aditamento do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

DA CONTRATADA

7.1. A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, do contrato.

7.2. A contratada será responsável pelos danos causados direta ou indiretamente à Ameg, bem como a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.3. A contratada reconhece à Ameg o direito de, a critério desta, descontar dos pagamentos devidos o valor de multas e demais sanções pecuniárias previstas neste contrato.

7.4. A contratada não poderá, sem anuência da Ameg, modificar quaisquer especificações deste contrato.

7.5. A contratada é obrigada a permitir e facilitar a fiscalização ou supervisão pela Ameg, da entrega, em qualquer momento, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados, de acordo com o art. 137, II, da Lei 14.133, de 2021.

7.6. A contratada é obrigada a participar à Ameg da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a entrega do objeto, no todo ou em parte.

7.7. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

7.8. A contratada deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em lei, bem como diligenciar para que o objeto seja entregue em perfeitas condições, não podendo conter quaisquer vícios.

7.9. A contratada é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato.

7.10. A contratada fica obrigada a entregar o objeto de boa qualidade conforme especificações técnicas descritas no Termo de Referência, o que não atender a esta exigência será devolvido e imediatamente substituído, correndo por conta exclusiva da contratada as despesas com transporte decorrente deste procedimento;

7.11. A contratada fica obrigada a entregar de acordo com o preço proposto e na quantidade indicada em cada Autorização de Fornecimento;

7.12. A contratada é obrigada a entregar o equipamento de acordo com o TERMO DE REFERÊNCIA e demais normas e instruções da Ameg, que tomará todas as medidas para assegurar um controle adequado de qualidade.

7.13. A contratada assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da entrega do objeto;

7.14. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros.

DA CONTRATANTE:

7.15. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o contrato;

7.16. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.17. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na entrega do objeto, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.18. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;

7.19. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.20. Efetuar o pagamento a contratada do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato;

7.21. Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste contrato;

7.22. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.23. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada.

7.24. A Ameg não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

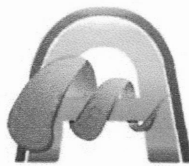
O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas dispostas na Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial previstas no art.155 e art.156 da Lei nº14.133, de 2021, sem prejuízo das seguintes sanções:

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

- A) der causa à inexecução parcial do contrato;
- B) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Ameg ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- C) der causa à inexecução total do contrato;
- D) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- E) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- F) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- G) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- H) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I) Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**AMEG**ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS
DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE**40**Anos
1984 - 2024

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

a) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada ao pagamento de multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da Autorização de Fornecimento, por dia de atraso.

b) Na hipótese da contratada inadimplir total ou parcialmente o contrato, a Ameg poderá, garantida prévia defesa, aplicar multa de 10% (dez por cento), do valor total da autorização de fornecimento, devidamente atualizado;

c) A Ameg se reserva o direito de, a seu critério, descontar dos pagamentos devidos à contratada, o valor da multa.

A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- A) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- B) as peculiaridades do caso concreto;
- C) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- D) os danos que dela provierem para o Contratante;
- E) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Ameg que também sejam tipificados como atos

lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Ameg contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

- determinada por ato unilateral e escrito da Ameg, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Ameg;
- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

A extinção determinada por ato unilateral da Ameg e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Ameg, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- devolução da garantia;
- pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- pagamento do custo da desmobilização.

A extinção determinada por ato unilateral da Ameg poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

- assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Ameg;

- ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

execução da garantia contratual para:

- ressarcimento da Ameg por prejuízos decorrentes da não execução;
- pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Ameg e das multas aplicadas.

A aplicação das medidas previstas acima ficará a critério da Ameg, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a AMEG, providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 Indenizações e multas.

11.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes recursos específicos:

33903000002703000000 – ficha 009 – material de consumo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial da AMEG, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Passos/MG, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

16.2. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente, para um só efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas,

Passos- MG, 23 de março de 2026.

Santos

**Associação Pública dos Municípios da
Microrregião do Médio Rio Grande – Ameg**

EDUARDO ALVES DOS SANTOS:38756188668
668

Assinado de forma digital
por EDUARDO ALVES DOS
SANTOS:38756188668
Dados: 2026.03.23
17:29:03 -03'00'

MÓVEIS E SERVIÇOS LTDA-ME
CNPJ/MF sob o nº 25.275.318/0001-06
Contratado

Testemunha 1

[Assinatura]

Testemunha 2

Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião do Triângulo Norte – CISTRÍ. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim, Patrick Cesar Sucupira. Uberlândia/MG, 23 de março de 2026.

PATRICK CESAR SUCUPIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Patrick Cesar Sucupira
Código Identificador:29BC7E73

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO DO RIO GRANDE - AMARGE

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO DO RIO GRANDE - AMARGE
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO ALTO RIO GRANDE – CIMARGE, torna público para conhecimento dos interessados que SUSPENSO, por tempo indeterminado, o Pregão Eletrônico nº 02/2026, referente ao Registro de Preços que tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de display touch screen, com solução educacional de tecnologia da informação e promoção da saúde para atendimento das demandas dos municípios consorciados ao CIMARGE.

A suspensão do certame decorre da necessidade de realização de ajustes e adequações no edital e em seus anexos, visando o aprimoramento das especificações técnicas e das condições do instrumento convocatório, garantindo maior segurança jurídica e competitividade ao processo licitatório.

Após a conclusão das revisões necessárias, será publicado novo aviso com a definição da nova data para realização da sessão pública, observando-se os prazos legais previstos na legislação vigente.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Consórcio CIMARGE ou através da plataforma eletrônica utilizada para a realização do certame.

Liberdade – MG, 24 de março de 2026.

EDSON DO NASCIMENTO
Presidente do CIMARGE

Publicado por:
Ana Cláudia Gomes
Código Identificador:0D422BE2

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO DO RIO GRANDE - AMARGE
ERRATA AO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL

ERRATA AO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026
REGISTRO DE PREÇOS – IRP Nº 03/2026

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO ALTO RIO GRANDE – CIMARGE, torna público, para conhecimento dos interessados, que houve **erro material no aviso de republicação do edital**, quanto ao horário da sessão pública.

ONDE SE LÊ:
HORÁRIO: 10h (horário de Brasília)

LEIA-SE:
HORÁRIO: 09h (horário de Brasília)

Esclarece-se que o **Edital nº 01/2026 e a plataforma LICITAR DIGITAL já consignam corretamente o horário de 09h**, sendo o equívoco restrito ao extrato publicado.

Ficam **mantidas e inalteradas** todas as demais disposições.

Liberdade – MG, 24 de março de 2026.

EDSON DO NASCIMENTO
Presidente do CIMARGE

Publicado por:
Ana Cláudia Gomes
Código Identificador:39F73E0D

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE – AMEG

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
EXTRATO DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

EXTRATO AVISO DE CONTRATAÇÃO – PROCESSO Nº 014/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº. 011/2026 – A Associação Pública dos Municípios da microrregião do Médio Rio Grande, TORNA PÚBLICO que se encontra aberta a aquisição de equipamentos de informática, através do Projeto/Programa AMM+ Micros 2025, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, a sessão será dia **30/03/2026 às 09H**, apresentar propostas no site <https://ammlicita.org.br>, edital no link <http://ameg-mg.portaltip.com.br/> nos termos do inciso IV, alínea a, do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2.021. Passos, 24/03/2026.

SILENE CAIRES ENES.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Silene Caires Enes Dos Santos
Código Identificador:D487C493

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
EXTRATO DE CONTRATO

ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE/AMEG. torna público que firmou contrato, oriundo da Dispensa Eletrônica 007/2026, Processo Administrativo nº 009/2026, cujo objeto é a aquisição de equipamentos de informática pelo Projeto/AMM+Micros2025, com a empresa: **MÓVEIS E SERVIÇOS LTDA** – CNPJ nº 25.275.318/0001-06 no valor: R\$ 170,70 (cento e setenta reais e setenta centavos) – Contrato nº 003/2026. Passos 24/03/2026.

SILENE CAIRES ENES DOS SANTOS –
Chefe do Departamento de Licitação da AMEG.

Publicado por:
Silene Caires Enes Dos Santos
Código Identificador:565CEC9C

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
EXTRATO DO EDITAL CONSÓRCIO AMEG Nº 01/2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EXTRATO DO EDITAL CONSÓRCIO AMEG Nº 01/2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande – Consórcio AMEG, TORNA PÚBLICO que se encontra aberta a realização de Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação temporária e formação de cadastro reserva de pessoal para os cargos de **Analista Fiscal Médico Veterinário, Agente Administrativo e Agente Fiscal**. O certame visa atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, com